



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

218

218

**Apelação: Nº. 0176727-3 - Ferreiros**

Apelante: Oboé Crédito, Financiamento e Investimento Ltda.

Apelado: Odilon José Barbosa, representado pelo MPPE

Relator: **Des. Eduardo Sertório**

**EMENTA:**

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE CONTRATO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. FRAUDE NA CONTRATAÇÃO. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. INDENIZAÇÃO MÓDICA. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO. PRINCÍPIO DA ADSTRIÇÃO DO JUIZ AO PEDIDO.

1. A simples expectativa de ter parcela de sua aposentadoria descontada inadvertidamente, impõe temor e abalo moral àquele que, sem desejar, obrigou-se num contrato de empréstimo. Assim, verificam-se presentes o ato ilícito, o nexo de causalidade, e o dano, ensejadores da reparação pecuniária arbitrada pelo juízo sentenciante.
2. Quantia indenizatória que, embora módica, não pode ser majorada, em razão do princípio da adstrição do juiz ao pedido.
3. Apelo desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 176727-3 e em que figuram como apelante Oboé Crédito, Financiamento e Investimento Ltda. e como apelado Odilon José Barbosa, representado pelo MPPE, por unanimidade **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco em não acolher a preliminar de nulidade de sentença e negar provimento à apelação, na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife,

*Eduardo Sertório*

**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

ESU  
0112

**Apelação: Nº. 0176727-3 - Ferreiros**

Apelante: Oboé Crédito, Financiamento e Investimento Ltda.

Apelado: Odilon José Barbosa, representado pelo MPPE

Relator: **Des. Eduardo Sertório**

219

**RELATÓRIO**

Cuido de recurso apelatório (fls. 89/93) interposto por OBOÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO LTDA. contra sentença prolatada pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Ferreiros (fls. 53/58), nos autos da **Ação para aplicação de Medida de Proteção em favor de idoso**, proposta pelo MPPE, processo nº 3.408/2007, ajuizada em 28.11.2007 (2/6).

Pedia-se na referida ação a suspensão dos descontos no benefício previdenciário do Sr. Odilon José Barbosa referentes a empréstimos consignados firmados sem o seu consentimento, bem como o ressarcimento das parcelas acaso descontadas. Requer, ainda, o pagamento de um salário mínimo, a título de danos materiais, e da cifra de 50% do valor do empréstimo efetuado, tocante ao ressarcimento dos danos morais.

Em sua contestação, a OBOÉ afirma ter liberado o financiamento de boa-fé, haja vista o recebimento de documentação do Sr. Odilon autorizando a efetivação do negócio.

**Sentença:** julgou procedente em parte o pedido inicial, determinando a anulação do contrato de empréstimo nº 70459796.9 e condenando a OBOÉ a pagar indenização por danos morais à razão de R\$ 1.257,24. No que tange ao ressarcimento de danos materiais, o juízo *a quo* entendeu indevidos, haja vista a ausência de comprovação de redução patrimonial do Sr. Odilon.

**Apelação da OBOÉ** (fls. 89/93): requer a declaração de nulidade da sentença, tendo em vista a inocorrência de apreciação pelo juízo monocrático de alegações e provas suscitadas pelo ora apelante. Pugna, sucessivamente, pela reforma da sentença no sentido de rejeitar o pedido de danos morais.

**Contra-razões do MPPE** (fls. 101/104): pretende a manutenção da sentença recorrida, a qual anulou o financiamento e cominou indenização a título de danos morais.

É o relatório. À revisão.

Recife, 12 de agosto de 2008

FE EJS (aut.)

**DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**  
Relator

Despacho.  
Revisão.

A pauta.  
Recife, 27/08/09



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

119

220

**Apelação: Nº. 0176727-3 - Ferreiros**

Apelante: Oboé Crédito, Financiamento e Investimento Ltda.

Apelada: Odilon José Barbosa, representado pelo MPPE

Relator: **Des. Eduardo Sertório**

**VOTO PRELIMINAR -- NULIDADE DE SENTENÇA**

Preliminarmente, a OBOÉ alega ter o juízo *a quo* afrontado a legislação processual e constitucional em virtude da não apreciação das provas por ela apresentadas, as quais, segundo narra, teriam o condão de demonstrar a regularidade do contrato de financiamento. Tal conduta teria implicado em ofensa ao devido processo legal o que, conseqüentemente, tornaria nula a decisão monocrática.

Tal argumentação não merece guarida, uma vez assistir razão ao juízo sentenciante em atender a celeridade processual e julgar o feito se entendeu haver elementos suficientes para tal desiderato, já que vigora no ordenamento o sistema do livre convencimento motivado do magistrado.

No caso em tela, é de se considerar o potencial beneficiário do empréstimo, Sr. Odilon. Ele sequer movimentou o montante a que faria jus. Ademais, houve a determinação de suspensão do contrato de empréstimo firmado entre Odilon e OBOÉ (fls. 12/16); não obstante os limites da ordem, a própria empresa realizou o cancelamento da operação (fls. 45/47), ato este incompatível com a sua resistência ao pedido. Aduza-se, ainda, não ter sido individualizado o funcionário responsável pela contratação, a quem caberia confirmar a idoneidade do negócio jurídico.

Tudo isso milita em favor do demonstrado na petição inicial, tendo em vista não haver plausibilidade esperar que uma financeira realize, espontaneamente, o cancelamento de empréstimos tão-somente pela ausência de movimentação do saldo pelo beneficiário. Logo, estando o feito bem instruído, o juiz está habilitado a julgar de imediato o pedido.

De mais a mais, respalda a compreensão formulada jurisprudência firme do STJ sobre a matéria, consoante se infere das decisões abaixo transcritas:

PROCESSO CIVIL. **JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INOCORRENCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA.** PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. NATUREZA EXTRAORDINARIA DO RECURSO ESPECIAL. RECURSO DESPROVIDO.

**1. CONSTANTES DOS AUTOS ELEMENTOS DE PROVA DOCUMENTAL SUFICIENTES PARA FORMAR O CONVENCIMENTO DO JULGADOR, INOCORRE CERCEAMENTO DE DEFESA SE JULGADA ANTECIPADAMENTE A CONTROVERSIA.**

**2. A DESCONSTITUIÇÃO DO ENTENDIMENTO FIRMADO PELAS INSTANCIAS ORDINARIAS QUANTO A APRECIAÇÃO DA PROVA ESBARRA, NO PATAMAR DO RECURSO ESPECIAL, NA NATUREZA EXTRAORDINARIA DESTA, CONSOANTE POSICIONAMENTO SUMULADO.**

(AgRg no Ag 14952/DF, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA. QUARTA TURMA, julgado em 04/12/1991, DJ 03/02/1992 p. 472)

X



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

120

221

Tendo o magistrado elementos suficientes para o esclarecimento da questão, fica o mesmo autorizado a dispensar a produção de quaisquer provas, ainda que já tenha saneado o feito, podendo julgar antecipadamente a lide, sem que isso configure cerceamento de defesa" (STJ-6ªT, Resp 57.861-GO, Min. Anselmo Santiago. v.u., DJU 23.3.98, p. 178).

É de se constatar, portanto, não ter havido qualquer cerceamento do direito de defesa da financeira. Desse modo, rejeito a preliminar formulada por estar desprovida de razão.

É como voto.

Recife,

3/12/05

*ve certidão*

**DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**

Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

121

222

**Apelação: Nº. 0176727-3 - Ferreiros**

Apelante: Oboé Crédito, Financiamento e Investimento Ltda.

Apelado: Odilon José Barbosa, representado pelo MPPE

Relator: **Des. Eduardo Sertório**

**VOTO - MÉRITO**

Com o presente recurso apelatório, a OBOÉ visa ser eximida da indenização conferida a título de danos morais pelo juízo sentenciante, por afirmar ter liberado o financiamento de boa-fé, haja vista o recebimento de documentação do Sr. Odilon autorizando a efetivação do negócio.

Consoante se demonstrou, resta patente a invalidade do negócio jurídico. Logo, não prospera o pleito recursal.

É indiscutível a reprovabilidade da conduta da OBOÉ, tendo provocado considerável abalo, ao Sr. Odilon, a merecer reparação indenizatória.

A doutrina, ao definir a ocorrência do dano moral, abarca o caso em análise, como se denota das lições de Savatier:

"é qualquer sofrimento humano que não é causado por uma perda pecuniária, e abrange todo **atentado à reputação da vítima**, à sua autoridade legítima, ao seu pudor, à sua segurança e tranquilidade, ao seu amor próprio estético, à integridade de sua inteligência, a suas afeições, etc".<sup>1</sup>

Não apresentam razoabilidade as alegações feitas pela OBOÉ quando tenta eximir-se da indevida celebração do contrato de financiamento com o Sr. Odilon.

Desnecessário afirmar que a simples expectativa, sentida pelo ora apelado, que conta com 95 anos, de ter parcela de sua aposentadoria descontada inadvertidamente, impõe-lhe certo temor e abalo moral.

Assim, verificam-se presentes o ato ilícito, o nexo de causalidade, e o dano, ensejadores da reparação pecuniária arbitrada pelo juízo sentenciante.

Estando presentes tais requisitos é obrigatória a reparação indenizatória, compreensão extraída dos Tribunais pátrios como se denota das jurisprudências abaixo transcritas:

**RESPONSABILIDADE CIVIL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTO EM FOLHA. FRAUDE NA CONTRATAÇÃO. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONFERÊNCIA DOS DADOS. AUSÊNCIA DE CAUTELA PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CULPA EVIDENCIADA. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS.** 1. DANO MORAL. O dano moral, em realidade, é insito à própria situação noticiada nos autos e reside nos diversos incômodos e dissabores experimentados pelo demandante, ao se ver privado de dispor da totalidade de seus

<sup>1</sup> Traité de La Responsabilité Civile, vol. II, nº 525, in Caio Mario da Silva Pereira, Responsabilidade Civil, Editora Forense, RJ, 1989.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

12:

223

rendimentos. 2. QUANTUM. MANUTENÇÃO. Valor fixado na sentença a título de reparação por danos morais que se apresenta consentâneo às circunstâncias do caso concreto e aos parâmetros adotados pela Câmara. 3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Honorários advocatícios que vão mantidos, pois consentâneos às operadoras do art. 20 do CPC, além de remunerarem condignamente o profissional de direito em atuação neste feito. NEGADO SEGUIMENTO AOS APELOS. (Apelação Cível Nº 70025744251, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Antônio Kretzmann, Julgado em 02/10/2008).

**APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE CONTRATO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTOS INDEVIDOS. INEXISTÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. DEVER DE INDENIZAR RECONHECIDO.** Comprovado que a consumidora não celebrou nenhum contrato com o banco réu, resultando na ilicitude dos descontos que este promoveu em seu benefício previdenciário, cabível indenização por abalo moral, sofrido em decorrência da aflição experimentada pela demandante durante os meses em que teve parcela considerável de sua já reduzida aposentadoria indevidamente diminuída pelo réu. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70026540054, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Celso Dal Pra, Julgado em 23/10/2008)

Cumpra consignar, por fim, a modicidade na quantia indenizatória pleiteada pelo MPPE (50% do valor do contrato), perfazendo tão-somente R\$ 1.257,24, o qual mantém o órgão julgador vinculado, em virtude do princípio da adstrição do juiz ao pedido.

Face o exposto, conheço do recurso e nego-lhe provimento, mantendo a sentença monocrática.

É o voto.

Recife, 31/10/08

*fc csgs can*

**DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**  
Relator